

Niterói Transporte e Trânsito

NITTRANS

Assistente Administrativo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| LÍNGUA PORTUGUESA..... | 9 |
| ■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS | 9 |
| ■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS | 11 |
| REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE..... | 14 |
| ■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL | 19 |
| ■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL | 21 |
| EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO..... | 22 |
| EMPREGO DE ELEMENTOS CONECTORES E OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL..... | 24 |
| EMPREGO DE ELEMENTOS DE REPETIÇÃO..... | 25 |
| ■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO | 26 |
| EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS..... | 26 |
| Colocação dos Pronomes Átonos..... | 36 |
| Emprego de Tempos e Modos Verbais..... | 36 |
| RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E TERMOS DA ORAÇÃO..... | 46 |
| Regência Verbal..... | 55 |
| Regência Nominal..... | 56 |
| Concordância Verbal..... | 56 |
| Concordância Nominal..... | 59 |
| ■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO | 62 |
| EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE..... | 64 |
| ■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO | 66 |
| SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO..... | 66 |
| REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO..... | 67 |
| SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS..... | 68 |
| LEGISLAÇÃO..... | 75 |
| ■ LEGISLAÇÃO (LEI FEDERAL 13.303 DE 2016) | 75 |
| ■ LEI FEDERAL 9.503 DE 1997 | 100 |

| | |
|--|---------|
| ■ LEI MUNICIPAL Nº 2.283 DE 2005..... | 137 |
| ■ LEI MUNICIPAL Nº 3.852 DE 2023..... | 139 |
| ■ LEI ORGÂNICA..... | 140 |
| ■ ESTATUTO DA CIDADE..... | 147 |
| ■ LEI URBANÍSTICA DE NITERÓI..... | 159 |
| HISTÓRIA GEOGRAFIA E ATUALIDADES DE NITERÓI..... | 167 |
| ■ HISTÓRIA DE NITERÓI DESDE SUA FUNDAÇÃO, COM DESTAQUE PARA ARARIBOIA E OS ÍNDIOS TEMIMINÓS NA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO..... | 167 |
| ■ TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS, INCLUINDO A ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE E O PERÍODO EM QUE FOI CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... | 168 |
| ■ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO LONGO DOS SÉCULOS, COM ÊNFASE NA ATIVIDADE PORTUÁRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS..... | 168 |
| ■ EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, INCLUINDO MARCOS HISTÓRICOS, ARQUITETURA E CRESCIMENTO POPULACIONAL..... | 169 |
| ■ ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO, COMO RELEVO, CLIMA, HIDROGRAFIA E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL..... | 170 |
| ■ DEMOGRAFIA E DINÂMICA POPULACIONAL, ANALISANDO O CRESCIMENTO DA CIDADE E SUA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL..... | 170 |
| ■ CULTURA E PATRIMÔNIO, COM DESTAQUE PARA TEATROS, MUSEUS E FESTIVIDADES TRADICIONAIS..... | 171 |
| ■ ATUALIDADES E DESAFIOS URBANOS, INCLUINDO POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO..... | 172 |
| ■ EDUCAÇÃO E SAÚDE NO MUNICÍPIO, ANALISANDO AVANÇOS E DESAFIOS RECENTES..... | 172 |
| ■ PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS E SOCIAIS ENFRENTADOS PELA CIDADE, COMO SEGURANÇA, HABITAÇÃO E DESIGUALDADE..... | 173 |
| ■ PRINCIPAIS DESAFIOS DA CIDADE EM RELAÇÃO A MOBILIDADE, CONGESTIONAMENTOS E PLANEJAMENTO VIÁRIO..... | 173 |
| ■ IMPACTOS AMBIENTAIS DO TRÂNSITO E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO ADOTADAS PELO MUNICÍPIO..... | 173 |
| ■ EVENTOS E FESTIVIDADES TRADICIONAIS E SEU IMPACTO NA ORGANIZAÇÃO DO TRÁFEGO..... | 174 |
| ■ PLANOS E INVESTIMENTOS RECENTES EM INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE.. | 174 |

| | |
|---|-----|
| ■ IMPORTÂNCIA DE NITERÓI NO CONTEXTO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO E SUAS RELAÇÕES COM MUNICÍPIOS VIZINHOS..... | 174 |
| ■ PROJETOS E INVESTIMENTOS RECENTES EM INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO..... | 175 |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS..... | 179 |
| ■ CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM ADMINISTRAÇÃO..... | 179 |
| ■ FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO..... | 185 |
| ■ CONTROLE ADMINISTRATIVO..... | 187 |
| ■ INDICADORES DE DESEMPENHO..... | 202 |
| ■ COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL..... | 206 |
| LIDERANÇA..... | 206 |
| TRABALHO EM EQUIPE..... | 209 |
| COMUNICAÇÃO..... | 212 |
| MOTIVAÇÃO..... | 215 |
| NEGOCIAÇÃO..... | 220 |
| ■ GESTÃO DA MUDANÇA..... | 220 |
| ■ GESTÃO ESTRATÉGICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO..... | 221 |
| ■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO..... | 223 |
| ■ BALANCED SCORECARD..... | 232 |
| ■ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS..... | 237 |
| ■ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS..... | 241 |
| ■ AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO HUMANO..... | 246 |
| ■ TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO..... | 248 |
| ■ AUDITORIA DE RECURSOS HUMANOS..... | 249 |
| ■ GESTÃO DE PROCESSOS..... | 250 |
| CADEIA DE VALOR..... | 255 |
| ANÁLISE DE PROCESSOS..... | 256 |
| DESENHO DE PROCESSOS..... | 258 |
| ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS..... | 259 |

| | |
|--|-----|
| ORGANOGRAMAS | 259 |
| ■ GESTÃO DE PROJETOS E PROJETOS COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO ESTRATÉGICA | 261 |
| CICLO DE PROJETOS..... | 265 |
| GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO | 268 |
| ■ PROCESSO DECISÓRIO | 269 |
| TIPOS DE DECISÕES..... | 269 |
| FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE APOIO À DECISÃO..... | 270 |
| HEURÍSTICAS..... | 271 |
| SOLUÇÃO DE PROBLEMAS | 271 |
| ■ ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS | 271 |

HISTÓRIA GEOGRAFIA E ATUALIDADES DE NITERÓI

HISTÓRIA DE NITERÓI DESDE SUA FUNDAÇÃO, COM DESTAQUE PARA ARARIBOIA E OS ÍNDIOS TEMIMINÓS NA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO

Na segunda metade do século XVI, isto é, após a década de 1550, a Baía de Guanabara foi lugar de conflitos intensos entre portugueses e franceses, estes últimos aliados aos tamoios, um grupo indígena do tronco linguístico tupi.

Essa aliança passou a ser um problema para a Coroa Portuguesa, pois impedia a expansão da colonização portuguesa e ameaçava a segurança das capitânicas do Sul, como São Vicente e Espírito Santo (André, 2014).

O que ocorreu é que os franceses não reconheciam a soberania portuguesa sobre as terras brasileiras.

Esse não reconhecimento resultou na chamada França Antártica, uma colônia francesa estabelecida na região da Baía de Guanabara entre 1555 e 1567, liderada pelo francês Nicolau Durand de Villegaignon.

O contexto da chegada dos franceses foi marcado pelo fim de uma guerra indígena, na qual os tamoios venceram os temiminós (Enders, 2015).

Os tamoios, após essa vitória, detinham o controle de um vasto território que ia do Espírito Santo até o planalto de Piratininga. Estes foram os que se aliaram aos franceses.

A aliança representou um problema não apenas aos portugueses, mas também a outros povos indígenas que viviam próximos à Baía de Guanabara.

Por exemplo, os maracajás, um povo indígena que habitava a atual Ilha do Governador, foram importunados pela aliança, uma vez que os tamoios se fortaleceram com a aliança e passaram a hostilizá-los com maior frequência (André, 2014).

Villegaignon se aproveitou da inimizade entre os tamoios e os portugueses para iniciar a fixação francesa, e ergueu sobre a Ilha de Serigipe o Forte de Coligny, seu primeiro núcleo de colonização. Tal empreendimento comprometeu ainda mais os projetos lusitanos (André, 2014). Sobre a instalação francesa, André afirma:

A fortaleza francesa na Guanabara corrompeu a hegemonia lusitana de norte ao sul sob as terras do novo mundo, e o perigo sem ser combatido se alastrava carregando consigo tensões políticas e religiosas por ser abrigo de hereges e protestantes (2014, p. 2)

A intervenção portuguesa ocorreu em 15 de março de 1560, quando os lusitanos atacaram a França Antártica e os tamoios. Os portugueses venceram, desmantelaram o Forte de Coligny e dispersaram seus últimos habitantes. No entanto, a vitória não foi suficiente para pôr fim à presença francesa na região, tampouco à hostilidade franco-tupi (Enders, 2015).

O infante D. Henrique reforçava a necessidade de que a região da Guanabara fosse povoada por portugueses e de que se construísse uma cidade, assim como ocorrera na Bahia.

Os portugueses, no entanto, tiveram de se contentar em destruir as instalações, pois não dispunham de homens suficientes para ocupar o local. Foi somente em 1565 que os portugueses partiram, de fato, para povoar a região e enfrentar os tamoios e os franceses (André, 2014; Enders, 2015).

Nesse contexto, os temiminós do Espírito Santo tornaram-se aliados dos portugueses. Entre os temiminós, o principal era Araribóia, que além de aceitar o convite para a guerra de conquista, cuidou “*da seleção dos armamentos indígenas, do recrutamento de seus guerreiros e do abastecimento alimentício da armada*” (André, 2014, p. 4).

Em 1565, Estácio de Sá fundou seu primeiro arraial, que se tornou o núcleo da nascente cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. No entanto, diversos ataques franco-tupis assolaram a nova cidade, comprometendo mais uma vez os projetos lusitanos.

Diante dos ataques que ocorreram, foram solicitados reforços ao governador-geral, a fim de que tais benefícios fossem garantidos à cidade em formação (André, 2014).

O reforço chegou em 1567, quando a armada de Mem de Sá aportou na Guanabara com grande contingente de novos indígenas aliados. As novas forças se uniram aos locais e realizaram um ataque que teve como ápice a destruição de Uruçuí-mirim, um reduto franco-indígena localizado na atual praia do Flamengo (André, 2014; Enders, 2015).

Com a vitória e a morte, expulsão ou aprisionamentos dos franceses, a Coroa Portuguesa iniciou um processo de reorganização territorial e buscou consolidar sua presença por meio de doações de sesmarias e implantação de aldeamentos indígenas (André, 2014).

Após a vitória portuguesa sobre franceses e tupis, os portugueses se instalaram no morro de São Januário, que logo passou a ser chamado de Castelo, sendo fortificado e coberto de casas de pedra e taipa.

A fundação da cidade contou com a ativa participação dos jesuítas, que ergueram ali um colégio confiado a Manuel da Nóbrega (Enders, 2015).

Nesse contexto, Correia de Sá recebeu sesmarias que transformou em plantações de cana-de-açúcar e moendas, enquanto alguns parentes exerciam funções eminentes na cidade.

Em 1602, seu filho o sucede como governador e capitão. Em 1637, as funções são atribuídas a Salvador Correia de Sá e Benevides, que permaneceu no cargo até 1661, quando foi convocado a Portugal (Enders, 2015).

São Sebastião do Rio de Janeiro era regida pelo governador e tinha um sistema quase idêntico ao do restante da colônia portuguesa. A Câmara Municipal era dirigida por um senado composto por dois juizes, um procurador e três vereadores, eleitos pela aristocracia colonial para mandatos de três anos.

Além disso, “as cidades devem financiar sua segurança e garantir a manutenção das fortificações e das milícias, assim como pagar impostos ordinários e extraordinários à Coroa” (Enders, 2015, p. 39).

Araribóia que foi uma figura de proeminência na vitória portuguesa, recebe uma sesmaria e se transfere com seu povo para o outro lado da Baía, acompanhado pelos padres Gonçalves de Oliveira e Balthasar Alvares, que constroem uma capela na aldeia fundada por Araribóia, a capela de São Lourenço, nome que passou a ser também do aldeamento (André, 2014).

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS, INCLUINDO A ELEVÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE E O PERÍODO EM QUE FOI CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A aldeia de São Lourenço dos Índios passou por um processo de declínio após a morte de Araribóia, em 1587, por alguns motivos, com destaque para o isolamento em relação à cidade do Rio de Janeiro.

O processo de declínio foi agravado pela expulsão dos jesuítas em 1759, no período pombalino (Pereira, 2021). “A partir daí a população indígena vai decaindo até que, em 1849, restavam apenas 92 índios. Por deliberação do governo provincial, o aldeamento foi extinto em 26 de janeiro de 1866” (Pereira, 2021, p. 1298).

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e o aumento da demanda por alimentos, iniciou-se uma reorganização administrativa do espaço. Após a visita de Dom João VI à região, o crescimento populacional se intensificou ainda mais, o que impulsionou o pedido de elevação da freguesia à categoria de vila (Pereira, 2021).

Foi, portanto, a partir das inúmeras freguesias ao longo da Baía de Guanabara que se originou a criação da Vila Real da Praia Grande e, posteriormente, no início do século XIX, essas freguesias colaboraram para a ocupação urbana da cidade de Niterói (Pereira, 2021).

Em 1834, foi promulgado o Ato Adicional à Constituição de 1824, transformando a cidade do Rio de Janeiro em município neutro para sediar a monarquia.

Já em 1835, por meio da Lei Provincial nº 2, de 1835, foi determinado que Vila da Praia Grande seria a capital da província e a Lei nº 6 determinou que a Vila fosse elevada à categoria de cidade com o nome de Nictheroy (Costa, 2023).

O século XIX, em Niterói, é marcado por intervenções no espaço municipal, com investimentos em obras públicas e abertura de ruas. Até então, a cidade enfrentava problemas no abastecimento de água, transporte e acesso, dificuldades no fornecimento de alimentos, além de questões relacionadas à saúde pública (Costa, 2023).

Já no fim do século XIX, em 1892, Niterói perdeu as freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros e São Sebastião de Itaipu, para a criação do município de São Gonçalo.

Entre 1893 e 1894, Niterói foi alvo de bombardeios durante a Revolta Armada, razão pela qual, em 1894, a capital do estado do Rio de Janeiro foi transferida para Petrópolis. A capital só retornou a Niterói em 1903, onde permaneceu até 1975 (Costa, 2023).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO LONGO DOS SÉCULOS, COM ÊNFASE NA ATIVIDADE PORTUÁRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Nos séculos iniciais do período da colonização portuguesa, a região que hoje corresponde ao território de Niterói tinha uma economia de base extrativista e de subsistência.

Com a fundação da Vila Real da Praia Grande, a região passou a atuar como ponto de apoio à cidade do Rio de Janeiro, abastecendo-a com alimentos e oferecendo abrigo para embarcações.

Ainda não havia atividade portuária organizada, mas os pequenos atracadouros e a pesca davam à vila um papel logístico secundário.

Durante o século XIX, a Baía de Guanabara era um importante centro de circulação de mercadorias e pessoas. Niterói, situada em uma das margens da baía, integrava esse sistema regional, atuando como cidade de apoio às atividades portuárias do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a economia portuária de Niterói desenvolveu-se a partir de estruturas modestas, porém essenciais: os trapiches (Honorato, Mantuano, 2015).

O trapiche era uma instalação multifuncional, usada para armazenar, embarcar e desembarcar mercadorias. Essas estruturas, geralmente de madeira e construídas junto à linha da água, permitiam o recebimento de produtos agrícolas, alimentares e industriais, contribuindo para o abastecimento tanto da própria cidade quanto de outras localidades do entorno (Honorato, Mantuano, 2015).

A atuação econômica de Niterói estava diretamente ligada à sua posição geográfica e à movimentação constante entre as margens da baía. Barcos de carga e de passageiros faziam a ligação entre os portos do Rio de Janeiro e os cais e trapiches de Niterói, criando um fluxo diário de mercadorias, como farinha, peixe, madeira e café.

A cidade funcionava como ponto de redistribuição e abastecimento, em especial para o antigo território da província do Rio de Janeiro (Honorato, Mantuano, 2015).

Além da movimentação de mercadorias, os trapiches também eram espaços de trabalho urbano. Operários, carregadores, pequenos comerciantes e intermediários atuavam nesses locais, mantendo uma cadeia de serviços essenciais ao funcionamento do porto.

Embora em menor escala do que o Rio, Niterói tinha sua própria dinâmica portuária, com estruturas voltadas ao atendimento da economia local e regional (Honorato, Mantuano, 2015).

No início do século XX, a cidade de Niterói passou por transformações urbanas e econômicas, marcadas pela formação de uma região industrial em áreas até então predominantemente rurais.

O processo de urbanização e industrialização teve como epicentro os bairros do Barreto e da Engenhoca, que se destacaram como zonas de concentração fabril e de moradias operárias.

Essas transformações representam um momento-chave na consolidação de Niterói como cidade industrial no contexto fluminense (Wollmann, 2019).

Hoje, o Porto de Niterói é ainda um caminho para entrada e saída de produtos do Estado do Rio de Janeiro, sendo vital para a economia local e regional.

O setor de serviços tem se destacado em Niterói. Em 2022, a cidade arrecadou cerca de R\$ 464 milhões em imposto sobre serviços (ISS), com crescimento real de 20% em relação ao ano anterior, que já havia registrado aumento de 19%. Esse desempenho reflete uma recuperação sólida após a pandemia, impulsionada por políticas públicas locais de estímulo ao setor produtivo (Niterói, 2022).

Entre os destaques, o setor de tecnologia da informação apresentou o maior crescimento, com aumento de 119% nas notas fiscais emitidas e de 169% na arrecadação de ISS apenas no 4º trimestre de 2022. Também se destacam os setores de saúde e serviços navais, beneficiados por alíquotas reduzidas de ISS, que incentivaram investimentos e elevaram a arrecadação acumulada em até 276% nos últimos cinco anos (Niterói, 2022).

Com base em dados da secretaria de fazenda, Niterói demonstra um setor de serviços diversificado, crescente e estratégico para sua economia, sendo essencial ao planejamento urbano e ao crescimento sustentável da cidade (Niterói, 2022).

A atividade comercial é intensa e diversificada, com destaque para o comércio de rua, os shopping centers e a gastronomia. Os bairros Centro e Icaraí se destacam nesse setor, estando concentrado o comércio popular na área central e o comércio de alto padrão em Icaraí.

EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, INCLUINDO MARCOS HISTÓRICOS, ARQUITETURA E CRESCIMENTO POPULACIONAL

Com a já mencionada elevação da vila de Praia Grande à categoria de cidade de Nictheroy, em 1835, foi inaugurado o transporte regular marítimo entre Niterói e o Rio de Janeiro, com a implementação de barcas a vapor. O que foi, evidentemente, essencial para o desenvolvimento de Niterói, considerando que a ligação viária só veio a ocorrer em 1947, com a Ponte Rio-Niterói (Costa, 2023).

Destaca-se, no entanto, que, em 1844, houve um plano para o arruamento da Cidade Nova, isto é, a abertura de ruas (Costa, 2023). De fato, as mudanças foram tamanhas que só foram iguais cem anos depois, como afirma Pereira:

A configuração espacial da capital provincial só seria alterada com magnitude semelhante cem anos depois, já no período republicano, quando da realização dos aterros (São Lourenço e Praia Grande), criando artificialmente novos terrenos para uso público (2021, p. 1300).

Apesar disso, a ocupação efetiva teve início apenas a partir de 1854, após conflitos entre os proprietários das terras e em razão da melhoria da acessibilidade à região. Essa melhoria incluiu a destruição parcial de uma rocha que impedia a ligação entre os bairros Ingá e Icaraí (Costa, 2023).

A ampliação da malha viária foi acompanhada por melhorias restritas às zonas mais centrais, não se estendendo às margens do território, como a implantação de serviços regulares de barcas a vapor, bondes de tração animal, iluminação a óleo de baleia, entre outros.

Esse processo de melhoria incentivou o aumento populacional, resultando, já no final do século XIX, na ocupação da região de Praia Grande (Costa, 2023).

A vida urbana em Guanabara se intensificou também com a entrada de agentes socioeconômicos. Foram criados bancos, veículos de imprensa locais, companhias de seguros e uma indústria de tecidos.

Com o declínio de Niterói como capital do Rio e sua retomada em 1903, fazia-se necessário readaptar a imagem da capital, agora republicana. O esforço de urbanização ficou conhecido como “Renascença Fluminense” (Pereira, 2021). Nesse contexto, surgem no centro edifícios que simbolizam o status de capital:

o Palácio Araribóia (1904), Prefeitura Municipal (1904), a Câmara Municipal (1908), o prédio dos Correios e a Estação das Barcas, em 1908. Houve também remodelação e criação de largos, praças e praças, como: o Largo de São Domingos (1905); o Campo de São Bento, em Icaraí (1910); a Praça Enéas de Castro, no Barreto (1910); a Praça Araribóia e o Jardim São João, no Centro (1911); e a Praça General Gomes Carneiro, conhecida com Rink, no Centro da cidade (antigo Largo da Memória), em 1913 (Pereira, 2021, p. 1304).

Destaca-se também a construção da Assembleia Legislativa, do Palácio da Justiça e das sedes dos poderes legislativo e judiciário; a inauguração da Alameda São Boaventura, em 1909; a construção do Porto de Niterói, em 1911; o alargamento da Estrada Leopoldo Fróes, em 1912; e o alargamento da Rua da Conceição, em 1917 (Pereira, 2021).

A década de 1930 marcou um novo avanço dos ideais modernistas. Em 1942, foi aberta a avenida Ernani do Amaral Peixoto, que reestruturou o espaço urbano da cidade. Para a construção da via, com 1 km de extensão e 20 m de largura, cerca de 230 prédios foram demolidos (Pereira, 2021).

Com tantas transformações, a década de 1950 testemunhou um intensificado processo de ocupação urbana: a área plana entre a baía de Guanabara e os morros do maciço central já se encontravam densamente ocupados, com o Barreto e a Engenhoca concentrando atividades industriais, enquanto bairros da orla, como Icaraí, Boa Viagem e São Francisco, abrigavam predominantemente residências de classes média e alta (Pereira, 2021).

Na década de 1960, a urbanização avançou com o loteamento dos últimos bairros da região Praias da Baía, como Vital Brazil e São Francisco, e com a construção das estradas Francisco da Cruz Nunes e da Cachoeira, que consolidaram a ocupação da Região Oceânica (Pereira, 2021).

REFERÊNCIAS

ANDRE, A. S. São Lourenço dos Índios: uma retrospectiva de sua história (1568-1758). **Revista de Trabalhos Acadêmicos-campus Niterói**, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=>

view&path%5B%5D=1745&path%5B%5D=1163. Acesso em: 22 jul. 2025.

COSTA, G. S. da. Niterói por sua cartografia: uma análise de suas transformações urbanas no século XIX. **VERNÁCULA - Territórios Contemporâneos**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2023. DOI: 10.18312/verncula.v1i2.2323. Disponível em: <https://periodicos.univag.com.br/index.php/Vernacula/article/view/2323>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ENDERS, A. **História do Rio de Janeiro**. Tradução: Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

HONORATO, C. T.; MANTUANO, T. V. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/596/594>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NITERÓI. Setor de Serviços em Niterói cresce 20% no ano de 2022. **Secretaria Municipal de Fazenda**, 2023. Disponível em: <https://www.fazenda.niteroi.rj.gov.br/blog/2023/02/27/setor-de-servicos-em-niteroi-cresce-20-no-ano-de-2022/#:~:text=Setor%20de%20Servi%C3%A7os%20em%20Niter%C3%B3i,-de%202022%20%2D%20Blog%20da%20SMF>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PEREIRA, R. C. D. A evolução urbana de Niterói-RJ: da cidade colonial à cidade capitalista. **Anais 16º SHCU. Eixo Temático 2 – História, Urbanismo e outros campos do conhecimento sobre as cidades, 2021**. Disponível em: <http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-16o-shcu/>. Acesso em: 22 de jul. 2025.

WOLLMANN, L. P. Sobre chácaras, pântanos e roçados: aspectos sobre a formação da região industrial e operária de Niterói no início do século XX. **Revista Espaço e Economia**, n. 15, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espa-coeconomia/3328>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO, COMO RELEVO, CLIMA, HIDROGRAFIA E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

O relevo de Niterói apresenta duas grandes formas de modelado: as áreas de planícies costeiras e aluviais e as regiões montanhosas (Suárez, 2005).

As regiões montanhosas predominam no território niteroiense, ocupando cerca de 80% de sua área. Ao sul, destacam-se cordões de morros orientados no sentido nordeste-sudoeste, compostos por grandes blocos de rocha arredondados e expostos, conhecidos como inselbergues (Suárez, 2005).

Esses relevos conferem um aspecto escultural à paisagem e são exemplificados por formações como a Pedra do Elefante, o ponto mais alto da cidade, com 412 m de altitude, localizado na Serra da Tiririca. Ao norte, o cenário muda: o relevo torna-se mais suave, com colinas dissecadas formando o chamado “mar de morros”, típico das regiões de terrenos cristalinos envelhecidos pela erosão (Suárez, 2005).

As planícies de Niterói ocupam os 20% restantes do território, com altitudes inferiores a 50 m. Essas áreas dividem-se em dois conjuntos principais: as

planícies orientadas no sentido leste-oeste, com declive em direção à Baía de Guanabara (regiões do Centro, Icaraí e São Francisco), e as planícies voltadas para o Oceano Atlântico, nos bairros de Piratininga e Itaipu, com orientação nordeste-sudoeste (Suárez, 2005).

Em relação ao clima, Niterói apresenta um clima subtropical úmido, caracterizado por temperaturas médias elevadas ao longo do ano e baixa amplitude térmica sazonal. A temperatura média anual é de aproximadamente 22 °C, com máximas de até 34 °C e mínimas raramente abaixo dos 11 °C. Isso confere à cidade um padrão térmico estável, com pequenas variações mensais, mesmo nos meses de inverno, quando as temperaturas médias permanecem acima dos 20 °C (Leite, 2020).

Em termos de radiação solar, Niterói recebe menor intensidade de radiação direta e difusa em comparação com outras cidades do mesmo grupo climático, como Joinville. Essa diferença impacta diretamente o desempenho térmico das edificações, exigindo estratégias arquitetônicas adaptadas, como ventilação cruzada e sombreamento (Leite, 2020).

Niterói é banhada ao sul pelo Oceano Atlântico, tendo praias como Fora, Imbuí, Piratininga, Cambonhas, Itaipu, do Sossego, Prainha e Adão e Eva.

Além disso, conta com duas lagunas, que fazem ligação com o sistema marinho, tendo, portanto, água salgada — a saber, Piratininga e Itaipu.

Entre as áreas de proteção ambiental de Niterói, destacam-se (Niterói, 2025):

- o Parque Natural Municipal de Niterói;
- o Parque Natural Municipal da Água Escondida;
- o Parque Estadual da Serra da Tiririca;
- o Parque das Águas de Niterói;
- a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu;
- o Parque Natural Municipal Floresta do Baldeador;
- a Área de Proteção Ambiental (APA) das Lagunas e Florestas;
- a APA do Gragoatá;
- a APA do Morro do Morcego; e
- a Reserva Ecológica Darcy Ribeiro.

DEMOGRAFIA E DINÂMICA POPULACIONAL, ANALISANDO O CRESCIMENTO DA CIDADE E SUA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

Niterói, ao longo do tempo, teve distintas fases de crescimento populacional, por vezes impulsionadas por mudanças políticas e urbanas. A chegada da família real portuguesa em 1808 e a reorganização do espaço urbano despertaram maior atenção à região, levando a um aumento da população e à consequente elevação da freguesia à condição de vila (Pereira, 2021; Costa, 2023).

Esse crescimento foi intensificado a partir da segunda metade do século XIX, especialmente com as melhorias na acessibilidade e na malha viária, o que estimulou a ocupação de novas áreas, como a região da Praia Grande (Pereira, 2021; Costa, 2023).

Já na primeira metade do século XX, o avanço das obras urbanas e o fortalecimento da função administrativa de Niterói contribuíram para consolidar a cidade como um centro de atração populacional. A

década de 1950 marcou um acelerado processo de ocupação da área plana entre a Baía de Guanabara e o maciço central, com bairros como o Barreto e a Engenho de Dentro assumindo perfil industrial, enquanto a orla concentrava residências das classes média e alta (Pereira, 2021; Costa, 2023).

Atualmente, segundo o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Niterói conta com uma população de 481.749 habitantes.

Estimativas mais recentes, porém, projetam um crescimento populacional que pode elevar esse número para aproximadamente 516.720 pessoas.

Esses números colocam Niterói na 44ª posição entre os municípios mais populosos do Brasil e na sétima colocação no ranking do estado do Rio de Janeiro.

No que se refere à densidade demográfica, o município apresenta uma taxa de 3.601,67 habitantes por quilômetro quadrado, destacando-se como uma das cidades com maior concentração populacional do estado, novamente ocupando a sétima posição estadual, mas a 29ª no cenário nacional.

CULTURA E PATRIMÔNIO, COM DESTAQUE PARA TEATROS, MUSEUS E FESTIVIDADES TRADICIONAIS

Entre os principais equipamentos culturais da cidade, está o Teatro Municipal João Caetano, batizado dessa forma em 1900 em homenagem a João Caetano, que adquiriu o teatro em 1842 e o manteve até sua morte, em 1863.

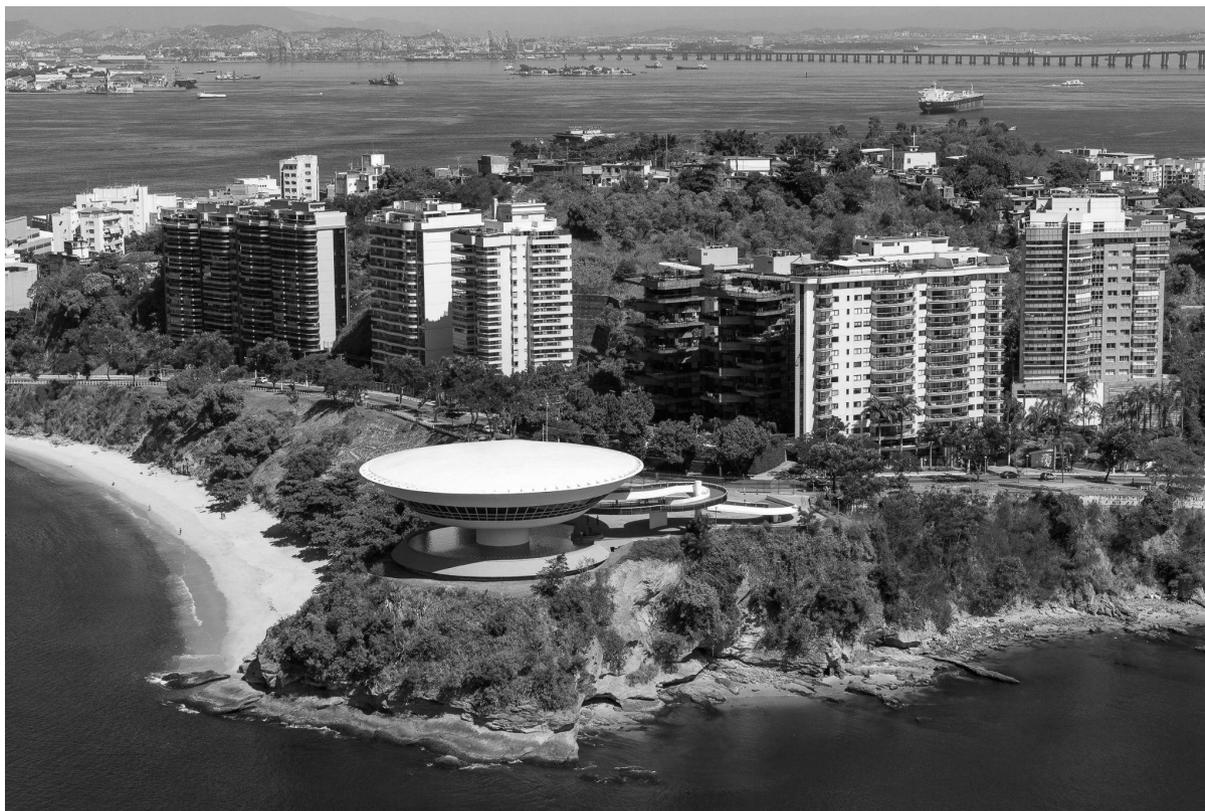
O teatro funcionava como uma casa de espetáculos desde 1827, sendo um dos marcos inaugurais do teatro brasileiro.

Foi tomado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em 1990 e restaurado entre 1992 e 1995.

Outro destaque é o Solar do Jambeiro, ou Palacete Bartholdy, uma casa do século XIX construída por Bento Joaquim Alves Pereira.

O palacete, que foi residência de diferentes pessoas ao longo do tempo, atualmente é um centro cultural que abriga exposições de artes plásticas e exposições artísticas diversas, como peças de teatro e música.

No campo museológico, destaca-se o Museu de Arte Contemporânea, projetado por Oscar Niemeyer, sendo um dos cartões postais da cidade. O museu foi inaugurado em 2 de setembro de 1996.



Museu de Arte Contemporânea. Fonte: Google Imagens.

Destaca-se também o Museu Janete Costa de Arte Popular, um acervo voltado a expressões populares brasileiras, localizado em um casarão datado de 1892. O museu foi inaugurado em 2012.

Além dos monumentos, há de se mencionar as festividades locais, elemento importante da cultura local. O destaque é para o carnaval, que movimentava a cidade com blocos de ruas, escolas de samba e desfiles.

Há, também, festas de caráter religioso, como a de São Lourenço dos Índios e a de São Pedro.